



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA CONFUSÃO



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/2025, DE 07 DE ABRIL DE 2025.

Câmara Municipal de  
Lagoa da Confusão - TO  
APROVADO

Em 10 / 04 / 2025

AUTORIA: VER. RAÍZA RODRIGUES BORGES GUIMARÃES CARVALHO

10/04/2025  
Votacar  
Assinatura

EMENTA: "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA PROCURADORIA DA MULHER NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA CONFUSÃO-TO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA CONFUSÃO, ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, faz saber que a **Mesa Diretora** propôs e o **Plenário Aprovou** e o Presidente promulga a seguinte Resolução

**Art.1º.** Fica instituído no município de Lagoa da Confusão -TO, a criação da Procuradoria da Mulher na estrutura da Câmara Municipal, onde a mesma será um órgão independente, com a finalidade de promover e defender os direitos das mulheres.

**§1º** - A Procuradoria da Mulher não terá vinculação com nenhum outro órgão da Câmara Municipal, assegurando sua autonomia e independência em suas ações.

**§ 2º** - A Procuradoria contará com suporte técnico e administrativo de toda a estrutura da Câmara Municipal, visando garantir a efetividade de suas atividades.

**§ 3º** - Compete à Procuradoria da Mulher, entre outras atribuições, elaborar e propor políticas públicas, prestar assistência jurídica às mulheres, promover campanhas de conscientização e atuar na fiscalização do cumprimento das leis que garantem os direitos das mulheres.

**Art. 2º** - A Procuradoria da Mulher será constituída por 01 (uma) Procuradora da Mulher, designada pelo Presidente da Câmara Municipal, com mandato que acompanhará a periodicidade da eleição da Mesa Diretora.

Handwritten signatures and initials in blue ink.



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA CONFUSÃO**



§ 1º - Na ausência de Vereadora para assumir a função de Procuradora da Mulher, poderá assumir a função servidora da Câmara Municipal, nos termos do caput.

§ 2º - O cargo de Procuradoria da Mulher não será remunerado.

**Art. 3º** - Compete a Procuradoria da Mulher zelar pela participação efetiva das Vereadoras nas atividades da Câmara Municipal, bem como:

I. Receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes denúncias de violências, falta de atendimento e discriminação contra a mulher;

II. Fiscalizar e acompanhar a execução de programas do governo municipal que visem à promoção da igualdade de gênero, assegurando os direitos constitucionais, assim como a implementação de campanhas educativas e antidiscriminatórias e inclusivas de âmbito municipal;

III. Cooperar com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres;

IV. Promover pesquisas, seminários, palestras e estudos sobre violência e discriminação contra a mulher, bem como, acerca de seu déficit de representação na política, inclusive para fins de divulgação pública e fornecimento de subsídios às Comissões Permanentes e Temporárias do Poder Legislativo Municipal.

**Art. 4º** - Toda iniciativa provocada ou implementada pela Procuradoria da Mulher terá ampla divulgação pelos meios de comunicação da Câmara.

**Art. 5º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**SALÃO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA CONFUSÃO**, em Lagoa da Confusão, Estado do Tocantins, aos 07 (sete) dias do mês de abril do ano de 2025.

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA CONFUSÃO

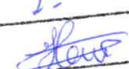


  
VER. LUIZ EDVALDO COELHO DOS SANTOS  
PRESIDENTE

  
VER. ROMIVALDO MARTINS  
VICE-PRESIDENTE

  
VER. IODETE COELHO DE OLIVEIRA  
1º SECRETÁRIA

  
VER. RAÍZA RODRIGUES BORGES GUIMARÃES CARVALHO  
2º SECRETÁRIA

Câmara Municipal de  
Lagoa da Confusão - TO  
APROVADO  
Em 10 / 04 / 2025  
10 / 0 / 19 Votação  
  
Assinatura





**ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA CONFUSÃO**



**JUSTIFICATIVA:**

São alarmantes os indicadores de violência contra as mulheres no Brasil e no mundo. Em nosso País, a cada minuto, oito mulheres foram agredidas em 2020. Pesquisa do Instituto Datafolha, encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), revelou que ao menos 17 milhões de brasileiras (24,4%) sofreram algum tipo de violência ou agressão durante a pandemia de Covid-19. O percentual de mulheres agredidas em 2020 indica que uma, a cada quatro mulheres com idade acima de 16 anos, foi atacada física, psicológica ou sexualmente no primeiro ano da crise sanitária. A situação se agravou pela dificuldade de denúncias presenciais o que impacta, também, os registros e notificações de ocorrências.

Já o Atlas da Violência 2020, elaborado pelo IPEA – Instituto de Pesquisas Aplicadas, que consolidou indicadores de violência de 1980 até 2018, registrou aumento de 4,2% no número de feminicídios entre 2008 e 2018, sem contar que, desde 1980, mais de 265 mil crianças e adolescentes, entre 0 e 19 anos, foram vítimas de homicídio.

As Procuradorias da Mulher são, primordialmente, órgãos que atuam no combate à violência e à discriminação contra mulheres, qualificando os debates de gênero nos Parlamentos, recebendo e encaminhando denúncias aos órgãos competentes. Por isso, ter mais Procuradorias da Mulher representa ampliar o alcance deste trabalho, que pode ser feito em rede, com mais eficácia e agilidade.

Apesar da ampliação do debate sobre a presença feminina nos espaços institucionais, a cena política continua predominantemente masculina. A criação de uma Procuradoria da Mulher nos Municípios busca garantir maior representatividade, visibilidade e destaque à atuação de mulheres na política, já que só é possível ter uma representação mais igualitária se houver investimento nas políticas de gênero e no fortalecimento dos papéis do Legislativo de debater, legislar e fiscalizar a atuação governamental em prol das mulheres, em todos os entes federativos.

Em 2009, a Câmara dos Deputados teve a iniciativa pioneira no Parlamento brasileiro de criar uma Procuradoria voltada à pauta e às

2025

✓



**ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA CONFUSÃO**



políticas para mulheres, por meio Resolução no 10, de 21 de maio daquele ano. Hoje, serve como referência para outros Parlamentos. Com o objetivo de proteger os direitos das mulheres brasileiras, principalmente contra a violência e a discriminação, desde sua criação a Procuradoria da Mulher apoia e incentiva ações que proporcionem melhor aplicação da Lei Maria da Penha, considerada referência mundial de legislação voltada ao combate à violência doméstica.

Os resultados das inúmeras ações da Procuradoria da Mulher da Câmara dos Deputados mostram que o caminho é este: incentivar a descentralização dessas iniciativas permitirá que a mensagem e os objetivos da Procuradoria cheguem a todos os pontos do Brasil e, assim, será possível acompanhar mais de perto as ações voltadas para as mulheres, oferecendo suporte aos Estados e Municípios.

Abaixo, seguem listados, em ordem, 05 (cinco) motivos para criação da Procuradoria da Mulher. A saber:

**5 MOTIVOS PARA CRIAR A PROCURADORIA DA MULHER**

1. No cenário em que as mulheres são minoria na política, a existência de uma Procuradoria da Mulher **AUMENTA A FORÇA POLÍTICA DAS VEREADORAS E DEPUTADAS**. Trabalhando em rede com as parlamentares de outros municípios, estados e do Congresso Nacional, você não estará mais sozinha.
2. A Procuradoria da Mulher **TRAZ MAIOR VISIBILIDADE PARA AS PAUTAS FEMININAS**, oportunizando mais debates e discussões sobre essas pautas e conferindo maior força para aprovação de leis sobre o tema na casa legislativa.
3. É um órgão que pode unir toda a casa legislativa na busca por igualdade de direitos e de proteção às meninas e mulheres, por ter **ATUAÇÃO INDEPENDENTE E SUPRAPARTIDÁRIA**, sem subordinação aos interesses dos partidos políticos.
4. A criação da Procuradoria da Mulher **NÃO PRECISA ACARREJAR NOVAS DESPESAS**. Sua criação depende somente do compromisso e da disposição das mulheres que trabalham para o seu funcionamento.
5. **CONFERE ÀS VEREADORAS E DEPUTADAS EFETIVO PODER DE ATUAÇÃO SOBRE OS PROBLEMAS LOCAIS DE DESIGUALDADE E VIOLÊNCIA ENFRENTADOS PELAS MULHERES**. A atuação da Procuradoria da Mulher nas câmaras e assembleias legislativas consegue promover a proteção das mulheres nos municípios, potencializar a fiscalização e a intervenção em políticas públicas locais, e realizar campanhas de conscientização e promoção de direitos e prevenção à violência junto à população.

É neste contexto que surge a manifestação desta vereança na proposição da criação da procuradoria da mulher no legislativo municipal





**ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA CONFUSÃO**



de Lagoa da Confusão, para acolher, orientar e tirar as mulheres de suas invisibilidades e colocá-las lado a

lado ao Poder Legislativo a fim de cooperar com o enfrentamento das diversas violências sofridas pelas mulheres no âmbito público e privado.

Por isso a importância da criação de Procuradorias da Mulher municipais, ligadas às Câmaras Municipais. É fundamental ampliar e dar maior visibilidade às estratégias de empoderamento feminino e de defesa dos direitos das mulheres, unindo esforços para que esse trabalho alcance cada vez mais pessoas em todo o País.

Esta é a missão da Procuradoria da Mulher da Câmara!

Diante do exposto, esperamos contar com o aval dos nobres Vereadores e aprovação do Projeto.

**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA CONFUSÃO – ESTADO DO TOCANTINS**, aos dias 07 de abril de 2025.

**VER. RAÍZA RODRIGUES BORGES GUIMARÃES CARVALHO  
2º SECRETÁRIA**